



Capítulo 6

Melhorar o empreendedorismo para impulsionar a industrialização em África

Este capítulo situa África no que diz respeito a industrialização. Em primeiro lugar, demonstra a presença da industrialização africana nas agendas políticas e debate os principais motivos pelos quais África ainda não se industrializou. Em segundo lugar, o capítulo debruça-se sobre o papel da indústria transformadora e as potencialidades de outros setores económicos na quarta revolução industrial. Por fim, contempla o panorama empreendedor do continente e identifica os tipos de empresário que poderão fomentar a industrialização. Examina especificamente a prevalência em África de empresários rurais, em fase inicial e daqueles que se tornaram empreendedores devido ao aparecimento de oportunidades, bem como da presença relativa de empreendedoras do género feminino.

EM SÍNTESE

Promover a industrialização ocupa lugar cimeiro nas agendas políticas dos governos africanos. O seu objetivo consiste sobretudo em criar novas indústrias de mão-de-obra intensiva. Os países africanos já antes procuraram o caminho da industrialização, mas muitas vezes sem grande sucesso. São, portanto, necessárias novas estratégias de industrialização. Devem fazer um balanço dos erros cometidos, considerando, simultaneamente, as novas oportunidades e desafios colocados pela quarta revolução industrial e pelo atual ambiente económico global. Ainda que continuando a explorar as potencialidades da indústria transformadora, as estratégias de industrialização devem também visar outros setores nos quais as economias africanas apresentam vantagens comparativas latentes. Ainda mais importante é que as estratégias de industrialização promovam um empreendedorismo de elevado crescimento. A maioria dos empresários em fase inicial trabalha em setores de baixa produtividade que geralmente exigem níveis de qualificação reduzidos e colocam poucas barreiras à entrada no mercado. Apesar de as pequenas empresas jovens tenderem a criar grande parte dos empregos, poucas crescem depressa. Os empresários mais qualificados e altamente motivados apresentam maiores potencialidades de crescimento e de contribuição para esta nova vaga de industrialização do que os demais.

Sabia que...?

- Todos os anos entre 2015 e 2030, 29 milhões de novos trabalhadores entram no mercado de trabalho africano.
- 22% da população ativa africana está a dar início a novas empresas, a taxa mais elevada do mundo.
- Empresas com menos de 20 funcionários e menos de 5 anos de experiência proporcionam a maior parte dos postos de trabalho no setor formal em África.
- 44% dos empresários africanos abrem empresas para explorar as oportunidades do mercado, enquanto 33% o fazem porque não conseguem encontrar outros empregos.

Mais pessoas abrem uma nova empresa em África do que na ALC ou na Ásia

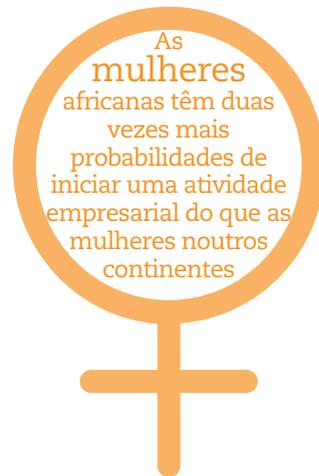


Quem são os empresários africanos?

Jovens



36 na Ásia
35 na ALC
31 anos em média em África



Sobretudo nos serviços

Principais empresários em fase inicial:



Comércio, hotelaria e restauração



Agricultura, silvicultura e pesca



Indústria transformadora

Inovador



20% dos novos empresários africanos apresentam um novo produto ou serviço

A industrialização volta à agenda política económica africana

Muitos governos africanos estão a abraçar a industrialização, o que exige novas estratégias económicas. Pelo menos 26 países africanos possuem estratégias de industrialização em vigor em 2017. Embora os esforços passados para industrializar África tenham frequentemente falhado, a atual revolução industrial e o ambiente global dos dias de hoje oferecem novas oportunidades e desafios. Há três estratégias essenciais para a industrialização do continente: promover um setor privado competitivo; visar setores económicos com um potencial decréscimo elevado, incluindo atividades não transformadoras e um melhor aproveitamento do potencial dos empresários.

O principal objectivo para os governos africanos será criar as condições para que as suas economias voltem a um caminho de maior crescimento, mais inclusivo e sustentável. O Produto interno bruto (PIB) africano cresceu mais de 5% ao ano entre 2001 e 2014, mas a pobreza mantém-se elevada (ver Capítulo 4). Não obstante ser necessário um alto crescimento económico, é preciso mais para melhorar o nível de vida de toda a população. África carece de mais e melhores postos de trabalho: entre 2015 e 2030, 29 milhões de novos trabalhadores juntar-se-ão à mão-de-obra africana todos os anos. Os países terão de oferecer oportunidades de emprego em massa que sejam relativamente acessíveis à enorme população africana de trabalhadores não qualificados. A débil economia global actual e a redução dos preços das matérias-primas voltaram a aumentar os riscos para as economias africanas (ver Capítulo 1).

Não haverá transformação económica sem industrialização. É necessária industrialização para que África transforme as suas economias através da realocação de recursos de setores pouco produtivos para os mais produtivos. Apenas a industrialização pode dar origem à convergência incondicional com as economias mais avançadas.

A industrialização constitui um catalizador para a criação de postos de trabalho, maior produtividade e inovação. O mercado regional do continente apresenta restrições de procura, mas o seu crescimento oferece oportunidades de bens transformados transacionáveis, serviços modernos e produtos agrícolas transformados. Por sua vez, o aumento das exportações pode abrir as fronteiras nacionais a divulgações tecnológicas externas. A industrialização pode aumentar o acesso a capital, inovação tecnológica e aprendizagem (Lin e Monga, 2013).

Caixa 6.1. Apoio à industrialização africana

Os governos africanos, as Nações Unidas e o G20 apoiam a industrialização enquanto meio para alcançar os objetivos do continente:

- A industrialização é essencial para concretizar o objetivo da Agenda 2063 da União Africana (UA) de “Uma África próspera baseada no crescimento inclusivo e no desenvolvimento sustentável” (Comissão da UA, 2015a). A industrialização ocupa um lugar proeminente no plano de implementação dos primeiros dez anos (2014-23) da UA (Comissão da UA, 2015b) e, anteriormente, no “Plano de ação para o desenvolvimento industrial africano acelerado” da UA (UA, 2007).
- Os governos africanos apoiaram a *Industrialisation Strategy for Africa 2016-2025* (Estratégia de industrialização para África 2016-2025) do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) em julho de 2016 (BAD, 2016). Esta identifica “talentos, capacidades e empreendedorismo competitivos” enquanto a principal força motriz da estratégia. O quarto programa emblemático do BAD pretende concretizar os objetivos da estratégia focando-se em “Promover e impulsionar o desenvolvimento empresarial”, especialmente das pequenas e médias empresas (PME).

Caixa 6.1. Apoio à industrialização africana (cont.)

- A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) identifica “Industrialização, ciência, tecnologia e inovação” como um dos seus quatro principais domínios de intervenção. A *Science, Technology and Innovation Strategy for Africa 2024* (Estratégia de ciência, tecnologia e inovação para África 2024, UA, 2014) da NEPAD salienta a importância dos empresários enquanto agentes da inovação.
- A Comissão Económica das Nações Unidas para África apoia ativamente a industrialização do continente, nomeadamente através da sua Secção de Industrialização e Infraestruturas. Os seus *Economic Reports on Africa* (Relatórios económicos relativos a África) são, desde há muito tempo, dedicados à industrialização, com maior notoriedade desde 2013.
- A Assembleia Geral da ONU renovou o seu apoio às aspirações industriais do continente. Em julho de 2016, ela adotou uma resolução que proclamava a terceira década do desenvolvimento industrial de África, que decorrerá até 2025 (Assembleia Geral da ONU, 2016). A resolução apela a uma renovada cooperação internacional bem como um mandato claro para a colaboração entre a Organização de Desenvolvimento Internacional da ONU e a UA, no sentido de atingir os objetivos da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável.
- A industrialização africana constituiu um tópico importante na Sexta Conferência Internacional de Tóquio para o Desenvolvimento Africano (TICAD-VI) em agosto de 2016.
- Sob a liderança da China, em setembro de 2016, em Hangzhou, o G20 concordou em apoiar a industrialização africana enquanto parte do seu Plano de Ação relativo à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

As novas estratégias de industrialização podem tirar partido dos erros já cometidos

Os anteriores governos africanos que trabalharam para a industrialização dos respetivos países muitas vezes não tiveram grande sucesso. Na sequência da sua independência, muitos governos africanos ainda recentes procuraram industrializar-se para evitar a dependência económica em relação aos antigos colonizadores. As suas políticas industriais assentavam em grandes empresas públicas (SOE na sigla inglesa) e visavam indústrias transformadoras de capital intensivo, servindo-se da substituição de importações para as proteger. Como resultado, a indústria transformadora cresceu rapidamente entre 1960 e 1975.

No entanto, as estratégias fracassaram por uma série de motivos (ver Caixa 6.2). Muitas destas estratégias, especialmente, focavam-se em indústrias de capital e de conhecimento intensivos que não correspondiam às vantagens comparativas dos respetivos países. A parca responsabilização e os regimes de incentivos provocaram enormes défices às SOE. Era, porém, difícil eliminá-las. Empregavam uma grande proporção da mão-de-obra e as elites industriais que as dirigiam tinham bastante poder político. Deixar que as SOE se aprofundassem seria uma admissão de fracasso das políticas. O subsequente período de programas de ajuste estrutural levou ao desmantelamento das SOE após 1975. Por conseguinte, os setores da indústria transformadora decresceram.

Desde meados da década de 1990, as políticas económicas nos países africanos têm, em larga medida, seguido o “Consenso de Washington”. Os governos centraram-se, sobretudo, na melhoria do ambiente empresarial. Apesar de estas políticas terem tido impactos positivos, os progressos têm sido lentos. As suas prescrições políticas



genéricas descuraram as especificidades dos países. Além disso, exigiam muitas vezes uma capacidade que ultrapassava a dos governos africanos. Sem o apoio das estratégias de industrialização, o setor da indústria transformadora deparou-se com alguns desafios transversais:

1. barreiras de infraestruturas (Newman et al., 2016; Dethier, 2015; Noman e Stiglitz, 2015)
2. capacidades produtivas insuficientes (Bhorat et al., 2016)
3. a escassez de trabalhadores qualificados (Lawrence, 2005)
4. mercados financeiros subdesenvolvidos (Kodongo e Ojah, 2016)
5. elevados níveis de desigualdade de rendimentos (Okojie e Shimeles, 2006).

Caixa 6.2. Anteriores estratégias africanas de industrialização

As novas estratégias de industrialização têm de aprender com os sucessos e os fracassos do passado. Apenas alguns países africanos foram bem sucedidos nas suas estratégias de industrialização, ao passo que outros falharam. As Maurícias e a Tunísia, por exemplo, criaram zonas económicas especiais e atraíram investimento direto estrangeiro para as indústrias exportadoras (ver as notas de país para as Maurícias e a Tunísia). Tais estratégias elevaram as Maurícia e a Tunísia ao estatuto de países de rendimento médio.

As anteriores estratégias de industrialização fracassaram devido a uma série de motivos:

- As estratégias subestimavam a importância das vantagens comparativas ou não conseguiam oferecer os incentivos necessários aos empresários. A proteção do comércio deu origem a um aumento do preço das importações e dos bens de substituição de importações em relação aos preços mundiais. Os mercados fragmentaram-se e a concorrência de empresas estrangeiras diminuiu (Lin, 2012; Newman et al., 2016). As taxas de câmbio sobrevalorizadas reduziram a competitividade dos empresários locais nos mercados interno e de exportação (Okojie e Shimeles, 2006).
- As instituições com desempenhos medíocres exacerbaram a corrupção, a burocracia penosa, a falta de direitos formais de propriedade e um estado de direito débil. A má gestão das rendas provenientes dos recursos em muitos países baseados em recursos naturais enfraqueceu as instituições já de si frágeis. Esta situação provocou um ambiente empresarial arriscado, que desencorajou o investimento produtivo e o empreendedorismo (Eifert, 2009).
- As tentativas de industrialização africana também sofreram com as exportações da Ásia Oriental para os mercados africano e internacional a preços que desafiam a concorrência global. Foi o consumo e não o investimento interno que provocou o aumento das importações, enquanto o crescimento se manteve reduzido.
- Os pequenos mercados internos de muitos países africanos impediram o desenvolvimento de economias de escala, especialmente nos países de menores dimensões ou sem litoral. A lenta integração regional provocou várias restrições relativas a normas e medidas de proteção diferentes e outras políticas, reduzindo as dimensões do mercado para a industrialização.

A industrialização africana exige estratégias inovadoras

As estratégias de industrialização do século XXI requerem abordagens inovadoras. Os países africanos devem tirar proveito de novas oportunidades e desafios com que outras regiões não tiveram de se deparar. Estes incluem i) a nova revolução industrial que beneficia a automatização da produção industrial; ii) o ambiente económico mutável caracterizado pelo abrandamento do crescimento global e pelo término do superciclo das matérias-primas

(ver Capítulo 1); e iii) os crescentes custos de mão-de-obra na Ásia Oriental. São igualmente necessárias abordagens inovadoras para tirar proveito das vantagens comparativas latentes nos vários países africanos, nas suas especificidades geográficas e nas suas heranças culturais únicas. Não basta pura e simplesmente replicar as estratégias de industrialização que têm funcionado desde a década de 1970 no Nordeste Asiático.

A indústria transformadora continua a ser o principal setor sobre o qual as políticas de industrialização africanas podem assentar, contudo também existem oportunidades de crescimento elevado noutros setores. No caso de certos serviços comercializáveis e de atividades agrícolas, tais como a horticultura e a agroindústria, os métodos de produção tornaram-se equiparáveis aos da indústria transformadora convencional. Tais atividades produzem maiores quantidades de produtos com menores custos marginais. Estes produtos podem, então, ser exportados, aumentando a concorrência e a produtividade. Investir todos os recursos exclusivamente na indústria transformadora pode nem sempre ser eficaz, nem tampouco refletir as vantagens comparativas de todos os países africanos.

Existem diversos caminhos para a industrialização. A experiência revela que a proporção da indústria transformadora no PIB não cresce forçosamente com o aumento dos níveis de rendimento. Outros setores também podem contribuir de forma significativa para o crescimento económico. As potencialidades dos setores não transformadores para a industrialização podem tornar-se cada vez mais importantes no contexto da quarta revolução industrial, em que se verifica a tendência de os robôs substituírem os trabalhadores pouco qualificados em atividades transformadoras.

As estratégias de industrialização inovadoras podem visar de forma mais adequada as atividades empresariais que mais potencialidades apresentam para acelerar a industrialização. Os empresários desempenham um papel essencial na inovação que ocorre numa economia, nomeadamente no caso de novas tecnologias e métodos de produção. Os empresários com alto potencial testam também novos produtos nos mercados locais. Ademais, eles trazem ideias novas e trocam informações com outros produtores locais, potencialmente aumentando a competitividade por meio da transferência de recursos para atividades mais produtivas.

O setor da indústria transformadora em África tem espaço para crescer

O setor da indústria transformadora em África é, atualmente, relativamente pequeno em comparação com outras regiões em desenvolvimento (Tabela 6.1). A indústria transformadora representa 11% do PIB, menos do que rácios equiparáveis para outras regiões em desenvolvimento, tais como a Ásia Oriental e Pacífico (23%), a Ásia do Sul (16%) e a América Latina e Caraíbas (14%). A proporção africana da indústria transformadora no PIB é comparável à da União Europeia (15%) e à da América do Norte (12%). No entanto, estas últimas são regiões mais desenvolvidas que já concluíram o processo de transformação estrutural, em que a mão-de-obra se deslocou da agricultura para a indústria e depois para os serviços. Nestas regiões, a agricultura representa uma proporção muito menor do PIB e a indústria transformadora apresenta uma maior produtividade laboral.

Tabela 6.1. Proporções do produto interno bruto por setor nas regiões mundiais, 2014/15

	Agricultura	Indústria transformadora	Serviços
África	16	11	54
União Europeia	2	15	74
Ásia Oriental e Pacífico	5	23	60
Ásia do Sul	18	16	53
América Latina e Caraíbas	5	14	67
América do Norte	1	12	80

Nota: As percentagens não totalizam 100%, visto que vários setores não estão incluídos na tabela (pedreiras e atividade mineira incluindo o petróleo, construção, eletricidade, gás e água).

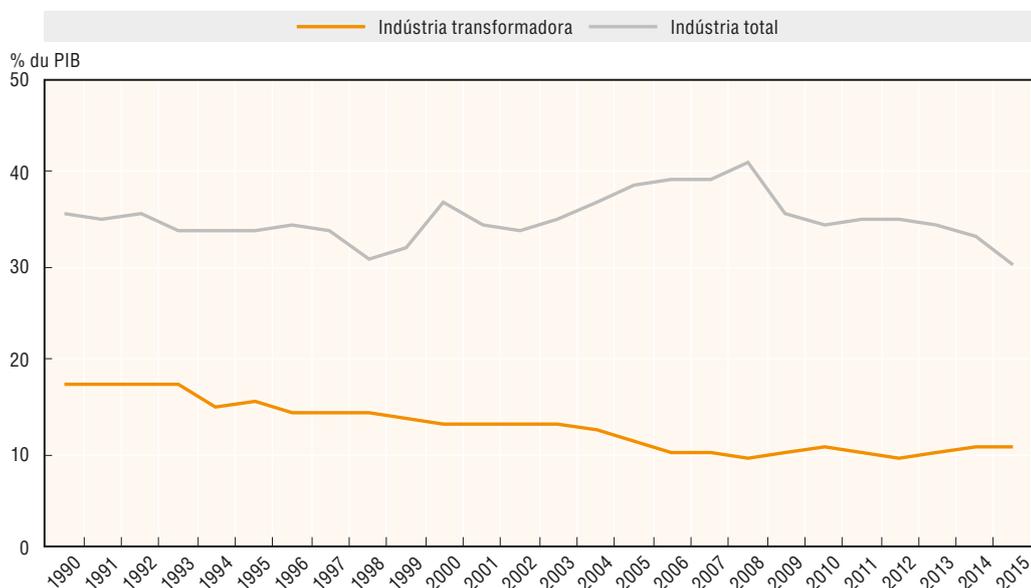
Fontes: Departamento de Estatística do BAD; Banco Mundial (2017).



A indústria transformadora africana tem enfrentado dificuldades desde meados da década de 1990, embora tenha tido algumas melhorias recentemente. A proporção africana da indústria transformadora no PIB sofreu um revés de quase metade, de cerca de 17% no início da década de 1990 para cerca de 9% em 2008 (Figura 6.1). Esta queda levou ao que Dani Rodrik (2016) apreensivamente apelidou de “desindustrialização prematura”. Nos últimos anos, a indústria transformadora aumentou ligeiramente para cerca de 11%.

As indústrias extrativas expandiram-se depressa em África desde 2000 graças aos preços mais elevados das matérias-primas. A sua proporção do valor acrescentado do PIB (juntamente com as proporções mais reduzidas da construção, da eletricidade, do gás e da água) aumentaram durante o boom das matérias-primas após o ano 2000, alcançando um pico de 32% em 2008, e diminuíram gradualmente para cerca de 20% em 2015. Embora tenham muitas vezes uma elevada produtividade, as indústrias extrativas são de capital intensivo e não criam muitos postos de trabalho. Em 2010, a produtividade laboral foi 28 vezes maior na exploração mineira do que na indústria transformadora (87 vezes superior à da agricultura). Porém, a exploração mineira emprega menos de 1% da mão-de-obra.¹

Figura 6.1. Evolução do valor acrescentado da indústria transformadora e da indústria total em África, 1990-2015



Nota: Proporções do valor acrescentado dos setores enquanto % do PIB. A indústria total inclui a transformadora, as extrativas (pedreiras e exploração mineira, incluindo o petróleo), a construção, a eletricidade, o gás e a água.

Fonte: Departamento de Estatística do BAD.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475389>

Tais médias continentais, porém, escondem diferentes tendências. A proporção da indústria transformadora no PIB, por exemplo, manteve-se idêntica de um modo geral ou aumentou nos últimos anos em vários países, incluindo a Côte d’Ivoire, a República Democrática do Congo e a Suazilândia (ver Anexo 6.A1). Além do mais, vários países africanos com grandes setores têxteis também estão a recuperar de uma alteração desfavorável nas políticas de comércio internacional. A eliminação progressiva do Acordo Multifibras em 2005 expôs os têxteis africanos à concorrência de baixo custo proveniente da Ásia. Por conseguinte, as proporções da indústria transformadora no

PIB diminuíram. O Egito, o Lesoto, as Maurícias, Marrocos e a Tunísia foram afetados por tal situação. Contudo, após um período de adaptação, os setores da indústria transformadora estabilizaram ou aumentaram na maioria destes países.²

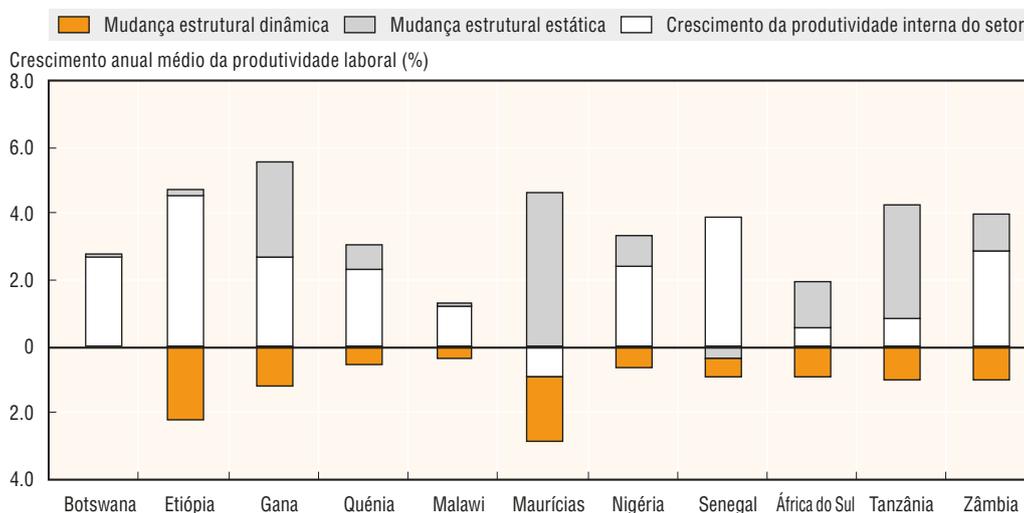
Com o fim do *boom* nos preços das matérias-primas, alguns países ricos em recursos estão a diversificar as respetivas economias, embora haja a tendência de terem setores da indústria transformadora menores do que os países pobres em recursos. A proporção da indústria transformadora no PIB na Nigéria, por exemplo, aumentou de 2.8% em 2005 para 9.5% em 2015. Um forte desempenho de subsectores tais como as atividades têxteis, de vestuário e de calçado e os metais de base, ferro e aço contribuíram para o crescimento do setor industrial durante este período (National Bureau of Statistics da Nigéria, 2014).

A avaliação da dinâmica da indústria olhando apenas para as proporções do PIB da indústria transformadora, como os estudos costumam fazer, pode subestimar as tendências em curso. Na Etiópia, por exemplo, a proporção da indústria transformadora no PIB em 2015 foi semelhante à de 2005 (apenas 4.8%). No entanto, uma vez que o PIB real da Etiópia aumentou em média cerca de 10% durante este período, o valor acrescentado real da indústria transformadora aumentou ao mesmo ritmo, de modo que o nível de 2015 foi 2.5 vezes superior ao que fora dez anos antes. Há, assim, indicadores de uma próspera atividade transformadora.³ De facto, a indústria transformadora da Etiópia tornou-se num local atrativo para os investidores estrangeiros e outros países da região também melhoraram as suas políticas de forma a atrair mais IDE neste setor (ver Capítulo 2). Ocorreu uma tendência semelhante em Moçambique, onde o valor acrescentado real da indústria transformadora foi cerca de 25% mais elevado em 2015 do que em 2010, apesar de a proporção da indústria transformadora no PIB ter caído de mais de 11% para 10%.

Até ao momento, África conseguiu absorver a mão-de-obra excedente da agricultura, mas a maior parte dos trabalhadores deslocou-se para os serviços de comércio a retalho, cuja produtividade é baixa (BAD/OCDE/PNUD/UNECA, 2013; McMillan, Rodrik e Verduzco-Gallo, 2014; Timmer, De Vries e De Vries, 2014; UNECA/UA, 2013; Rodrik, 2016). Entre 2000 e 2010, a melhoria dos métodos de produção no seio dos setores foi a principal ou única fonte de crescimento da produtividade no Botswana, no Gana, nas Maurícias, na Nigéria, na África do Sul e na Zâmbia. Mas a Etiópia, o Malawi e a Tanzânia alcançaram consideráveis ganhos estáticos de produtividade deslocando os trabalhadores de setores pouco produtivos para outros de maior produtividade (Figura 6.2). No entanto, nenhum destes países deslocou a mão-de-obra para setores quer com elevados níveis de produtividade, quer com crescimento da mesma, o que teria originado ganhos dinâmicos de produtividade. As transferências de mão-de-obra entre setores verificaram-se sobretudo da agricultura para o comércio a retalho e para os serviços pessoais, nos quais os níveis de produtividade foram ligeiramente superiores aos da agricultura. Tal situação provocou ganhos estáticos mas acompanhados de perdas dinâmicas de produtividade, dado que o crescimento da produtividade caiu no setor dos serviços, pois o emprego nesse último aumentou mais depressa do que a produção.⁴ Os países africanos devem, atualmente, apoiar setores que absorvam mão-de-obra consideravelmente e que possuem tanto elevados níveis de crescimento como de produtividade.



Figura 6.2. Crescimento da produtividade laboral em 11 países africanos, 2000-10



Nota: Mudança estrutural estática refere-se ao crescimento da produtividade derivada da transferência de mão-de-obra de setores pouco produtivos para outros mais produtivos. Mudança estrutural dinâmica refere-se à alteração do nível de produtividade sectorial devido a esta transferência de mão-de-obra. Crescimento de produtividade dentro do setor refere-se às melhorias no seio de cada setor.

Fonte: Adaptado da Tabela 2 de De Vries, Timmer e De Vries (2015).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475398>

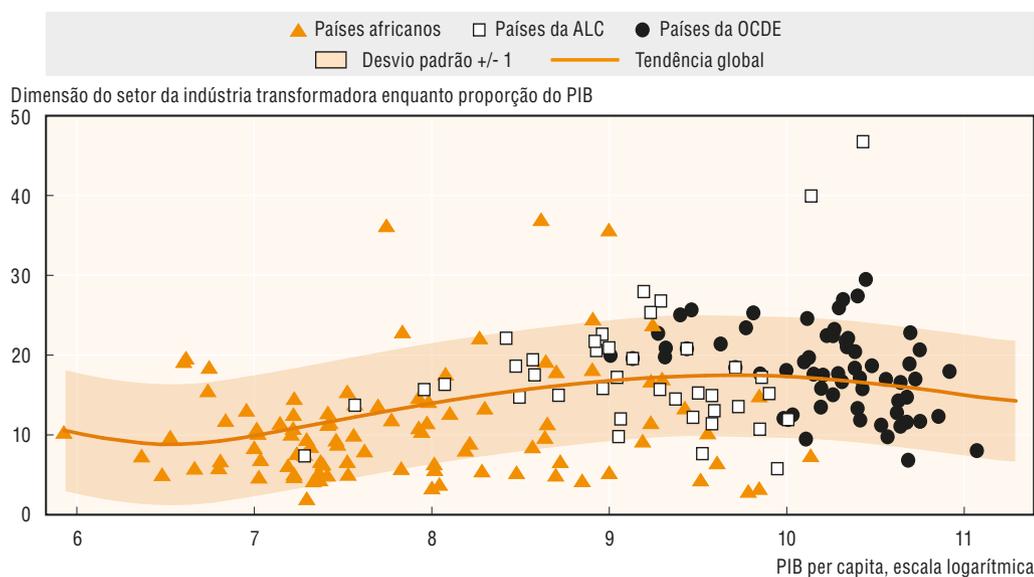
McMillan e Harttgen (2015) defendem que “as lamentações acerca da desindustrialização” ofuscam uma “revolução silenciosa” atualmente em curso. A proporção da mão-de-obra dedicada à agricultura diminuiu substancialmente e a proporção em postos de trabalho na área dos serviços profissionais aumentou. O número de crianças em zonas rurais que frequentam o ensino secundário é o maior de sempre. O crescimento demográfico sem precedentes em África é sustentado por aumentos de produtividade agrícola que nem sempre são visíveis nas estatísticas oficiais. Esta “revolução silenciosa” tem-se feito acompanhar de melhorias na governação, nos níveis de vida e no capital humano.

A industrialização no século XXI não se trata apenas da indústria transformadora

Existem vários caminhos para a industrialização. O aumento da proporção da indústria transformadora é geralmente associado ao início da industrialização e à recuperação económica. Tal situação é ilustrada na Figura 6.3 pela forte tendência ascendente da participação da indústria transformadora no PIB para países de rendimento baixo a médio. São incluídos muitos países de diferentes níveis de rendimento durante um período de 25 anos. No entanto, os países podem aumentar o seu rendimento per capita tendo níveis muito diferentes na respetiva indústria transformadora, tal como ilustrado pelos grandes desvios desta tendência global.

A Figura 6.4 apresenta as etapas até à quarta revolução industrial. O motor a vapor impulsionou a primeira revolução industrial no século XVIII. Essa revolução permitiu o desenvolvimento da indústria transformadora à base de máquinas, levando a produção de produtos industriais à escala global. A segunda revolução industrial consistiu na produção em massa usando os sistemas de produção fordistas. No final do século XX, as inovações técnicas nos sistemas de computação e automatização deram origem a uma terceira revolução industrial.

Figura 6.3. Proporção de indústria transformadora por rendimento per capita, 1990-2015



Nota: Os dados abrangem 132 países. À exceção do Canadá, todos os países têm um ponto de representação para 1990 (ou o próximo ano disponível) e um para 2015 (ou o ano mais recente).

Fonte: Adaptado de *Indicadores do desenvolvimento mundial* (Banco Mundial, 2017).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475406>

Figura 6.4. As quatro revoluções industriais



A revolução industrial está a ter um impacto na industrialização africana por meio de três grandes tecnologias: i) robótica, automatização e inteligência artificial; ii) manufatura aditiva (por exemplo, impressão 3D) e iii) a Internet Industrial e análise de dados (Naudé, no prelo). Esta quarta revolução industrial dá mais importância aos serviços e promove a industrialização com base na transferência de recursos para outros setores que não unicamente a indústria transformadora. Ela é diferente dos anteriores avanços industriais na medida em que a tecnologia de informação e comunicação (TIC) tende a substituir os trabalhadores com qualificações médias e baixas e exige mais trabalhadores altamente qualificados (Naudé, no prelo).

Neste contexto, os serviços oferecem grandes potencialidades para o crescimento. O comércio global de serviços está a crescer ainda mais depressa do que o de mercadorias (Ghani e Kharas, 2010). O comércio africano de serviços cresceu de 140 mil milhões de USD em 2005 para mais de 240 mil milhões de USD em 2015 (Capítulo 3). Quando comparado com a indústria transformadora, o setor dos serviços oferece inúmeras vantagens:

- O comércio de serviços pode contornar, em larga medida, barreiras logísticas e aduaneiras.
- As mudanças tecnológicas facilitam cada vez mais o comércio de serviços.
- Os serviços complementam a indústria transformadora. As grandes empresas transformadoras, por exemplo, muitas vezes disponibilizam serviços de assistência.
- Os serviços são compatíveis com um crescimento mais ecológico, inclusivo e mais justo em questões de género (UNECA, 2016).

As estratégias que visam o crescimento dos serviços exigem investimento em diversas áreas. Estas incluem as infraestruturas físicas, especialmente em comunicação e transportes, capital humano (por exemplo, competências e educação), empreendedorismo e conectividade comercial (Ghani e O'Connell, 2014).

Os outros setores tradicionais, além dos serviços, podem igualmente tornar-se mais produtivos aplicando novas tecnologias e métodos de produção. Esse é o caso da agricultura, por exemplo (ver, por exemplo, Dorosh e Mellor, 2013).

As novas tecnologias podem ajudar à industrialização africana

As novas tecnologias abrem possibilidades à emergência de novos setores. A Cidade do Cabo, Lagos e Nairobi estão a emergir enquanto centros propícios para *start-ups* globais, sobretudo em setores como a tecnologia financeira e energias renováveis. É provável que tais setores cresçam graças à demografia e à urbanização africanas. As novas tecnologias, podem também, com as políticas adequadas, ajudar a reduzir a pressão sobre o ambiente promovendo, por exemplo, uma “industrialização verde” (ver Caixa 6.3).

As novas tecnologias facilitam a existência de indústria transformadora em pequena escala. A manufatura aditiva possibilita às empresas cortar na produção, reduzindo os custos da personalização. Permite que as empresas criativas concorram graças ao seu conhecimento das necessidades locais. Os novos modelos empresariais baseados na economia colaborativa permitem às pequenas empresas tirar partido de recursos sub-utilizados, tais como a capacidade computacional, veículos de transporte e espaços destinados a escritórios. Eles permitem ainda às pequenas empresas tornar-se mais competitivas e melhorar a eficiência da utilização dos recursos ambientais.

As novas tecnologias de comunicação podem ajudar as empresas a participar no comércio global. Por meio da Internet, as empresas conseguem chegar a mercados além da sua localização geográfica. Segundo o Banco Mundial, “um aumento de 10% no uso da Internet no país exportador leva a um aumento de 0.4% no número de produtos comercializados entre dois países” (Banco Mundial, 2016).

As novas tecnologias também proporcionam formas de colmatar a falha de infraestruturas em África. As tecnologias digitais permitem que os governos cheguem aos cidadãos, especialmente às populações desfavorecidas. A gestão fiscal e os serviços de pagamento on-line facilitam a administração e a transparência. Muitos governos já prestam certos serviços públicos através de portais de governo eletrónico. O Ruanda



e o Uganda figuram entre os principais países de baixo rendimento com portais administrativos de governo eletrônico.

África já teve bons avanços em várias áreas. O Quênia e a Nigéria estão mais avançados em serviços bancários móveis do que muitos países da OCDE. A África subsariana apresenta mais de 222 milhões de contas bancárias móveis, mais do que todas as outras regiões em desenvolvimento juntas (GSMA, 2015). Na África do Sul, a empresa Lonmin faz uso de máquinas inteligentes na sua maior fundição de platina.

As novas tecnologias diminuem a procura de mão-de-obra de baixo custo na indústria transformadora e aumentam a necessidade de qualificações. A Etiópia corre o risco de perder cerca de 44% dos atuais postos de trabalho em todos os setores devido à automatização (Frey, Osborne e Holmes, 2016). Além disso, a tecnologia pode reduzir o incentivo das empresas multinacionais para deslocarem a produção *offshore* para países com mão-de-obra de baixo custo. Será necessário investimento em competências técnicas e em ciência, tecnologia, engenharia e matemática para formar engenheiros robóticos, engenheiros industriais, analistas de dados, arquitetos de *cloud*, programadores de *software*, analistas de segurança e profissionais de saúde (Frey, Osborne e Holmes, 2016).

A maioria dos países africanos, porém, ainda não está preparada para fazer a transição para uma economia típica da quarta revolução industrial. Até os países com mais mão de obra qualificada em tecnologia ainda revelam atrasos na adoção de tecnologias TIC (BAD/BM/WEF, no prelo). Acresce ainda que, muitas vezes, faltam competências técnicas e de gestão. Um inquérito global Chief Executive Officer (CEO) aos diretores executivos revelou que as competências são o maior impulsionador da competitividade da indústria transformadora (Deloitte, 2016). Um inquérito da PwC (2017) revelou que 90% dos CEO de grandes empresas sul-africanas estão preocupados com o impacto que a falta de qualificações relevantes tem no desempenho das suas companhias; aquelas incluem criatividade, inovação e liderança, bem como a capacidade de resolver problemas.

Caixa 6.3. “Industrialização verde”, o ambiente e as exigências energéticas

África pode simultaneamente industrializar-se e preservar o meio ambiente. As políticas adequadas podem ajudar aos progressos do continente em três objetivos estreitamente ligados: alcançar um sólido crescimento no longo prazo; promover a rápida redução da pobreza e a inclusão social e reduzir os riscos climáticos. Estão a surgir novas oportunidades para a “industrialização verde” africana, tais como nas áreas das tecnologias financeiras e das energias renováveis. Algumas alterações tecnológicas e de mercado podem promover a industrialização com menos custos ambientais (Brahmbhatt, Haddaoui e Page, no prelo). As políticas de industrialização verde podem ajudar a evitar a degradação ambiental causada pelos processos de industrialização (UNECA, 2016).

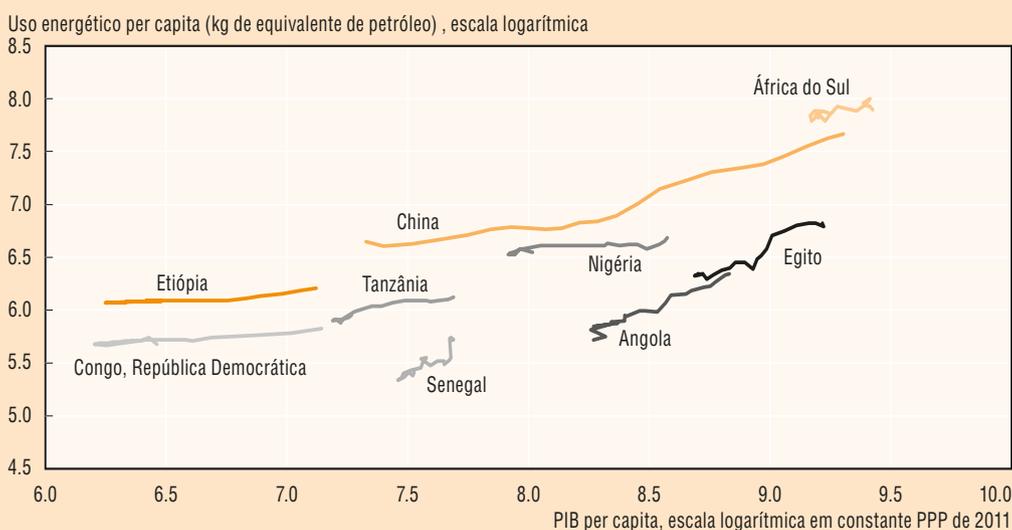
A agenda do desenvolvimento deve reforçar a capacidade de resistência e de adaptar-se aos impactos de uma deterioração do meio ambiente. Os recursos naturais do continente estão cada vez mais sob risco de desflorestação, degradação do solo, escassez de água e aumento da poluição. África já se depara com uma significativa variabilidade climática. A região está a aquecer mais depressa do que o mundo, no seu todo, sendo os impactos climáticos muito variáveis conforme o local e sentidos desproporcionalmente pelas populações pobres.



Caixa 6.3. “Industrialização verde”, o ambiente e as exigências energéticas (cont.)

Muitos países africanos estão presentemente a deslocar-se para o estágio de rendimento médio exigindo mais energia, o que segue uma tendência histórica. Essa passagem para a energia moderna implica muitas vezes uma rápida dependência da eletricidade e dos combustíveis fósseis, resultando em emissões mais elevadas de CO₂ e de outros tipos de poluentes atmosféricos nocivos. Contudo, a relação entre o crescimento e a utilização energética depende também das estruturas económicas, das tecnologias e das políticas (Figura 6.5). Para atender às suas novas exigências, os países africanos devem privilegiar setores que respeitem os objetivos ambientais e aumentem a oferta energética gerindo, simultaneamente, os impactos negativos sobre o ambiente.

Figura 6.5. Produto interno bruto e uso energético per capita em certos países africanos e na China, 1990-12



Fonte: Brahmabhatt, Haddaoui e Page (no prelo).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475417>

Os empresários africanos oferecem elevadas potencialidades, embora inexploradas, para a industrialização

As estratégias de industrialização inovadoras para os países em África devem visar os empresários africanos de elevadas potencialidades. Esta secção identifica os empresários que se encontram mais bem colocados para contribuir para a industrialização das economias africanas. Primeiro, explica o papel dos empresários enquanto agentes da industrialização. Em seguida, demonstra que, não obstante as elevadas potencialidades empresariais africanas, a sua contribuição para a industrialização tem sido limitada até à data. Analisa o panorama empresarial em África: quem são os empresários, em que setores trabalham e que tipos de empresários são os mais capazes de impulsionar a industrialização.

Para melhor aproveitar a vasta base empresarial africana, As novas estratégias de industrialização não se devem cingir às grandes empresas. Essas últimas, quer públicas quer privadas, são, sem dúvida, essenciais para os esforços de industrialização. Ainda assim, a promoção de apenas algumas grandes empresas pode incentivar a procura de

rendas e diminuir a concorrência. Uma vez que a maioria dos empresários trabalha na economia informal, os países africanos apresentam elevadas potencialidades empresariais que permanecem inexploradas.

Os empresários são agentes essenciais da industrialização

A teoria económica tem desde há muito realçado o papel do empreendedorismo na industrialização (Cantillion, 1730; Knight, 1921; Schumpeter, 1942). Joseph Schumpeter afirmou que “o inventor produz ideias, o empresário faz as coisas acontecer”. Em mercados imperfeitos, os empresários ultrapassam obstáculos, tais como infraestruturas físicas e institucionais débeis, escassez de financiamento e falhas de competências, de modo a fornecer bens e serviços (Nelson e Pack, 1999). Criam postos de trabalho, aumentam a procura de mão-de-obra instruída, trazem bens e serviços para o mercado, além de contribuírem para a base fiscal do governo.

A tolerância dos empresários ao risco faz com que eles sejam portadores de inovação. A apresentação de novos produtos, mercados e processos organizacionais eleva a produtividade das suas empresas. Para sobreviver, as novas empresas tendem a ser mais produtivas do que as já existentes. O empreendedorismo também aumenta a produtividade agregada através do processo de *churning*. As novas empresas inovadoras pressionam as empresas mais antigas a inovar. As que não conseguem acompanhar acabam por sair do mercado. Este processo constante representa a essência daquilo a que Schumpeter (1942) chama “destruição criativa”.

O empreendedorismo estimula a diversificação de novos setores económicos e adapta as tecnologias estrangeiras aos mercados locais. Os empresários desempenham uma função de “custo-descoberta” ao fazer experiências para descobrir se os produtos estabelecidos nos mercados globais podem ser produzidos nacionalmente a custos mais reduzidos (Romer, 1990; Hausmann e Rodrik, 2003; Van Praag e Van Stel, 2013). Geram informações sobre a viabilidade da sua atividade, que podem servir para a aprendizagem de outros agentes económicos. O empreendedorismo acelera a industrialização deslocando recursos, de forma eficiente, dos setores tradicionais para outros mais modernos.

Os empresários também podem ter um impacto positivo no funcionamento do governo. Num ambiente de rápidas mudanças em que as regras globais podem restringir o espaço político dos governos, os empresários são analistas fundamentais de novas informações. É frequente, sempre que os governos deixam uma lacuna na prestação de serviços públicos, que os empresários intervenham para oferecer soluções (Landes, Mokyr e Baumol, 2012).

O empreendedorismo e respetivo ambiente são determinantes para o desempenho das empresas e o melhoramento industrial (ver CAF, 2013, para uma revisão dos estudos). O desempenho de uma empresa melhora quando o empresário:

- tem um maior nível de escolaridade (Eifert, Gelb e Ramachandran, 2005; Mead e Liedholm, 1998)
- está altamente motivado e corre riscos (De Mel, McKenzie e Woodruff, 2008; Naudé e Nagler, 2016)
- está disposto a investir no desenvolvimento dos recursos humanos, investigação, desenvolvimento e pesquisa de mercado (Eifert, Gelb e Ramachandran, 2005; Mead e Liedholm, 1998)
- tem acesso a financiamento da família (Hampel-Milagrosa, Loewe e Reeg, 2015).



Caixa 6.4. Definir empreendedorismo e empresários

Este relatório almeja um equilíbrio entre o conceito de empreendedorismo na literatura teórica e a sua medida prática. O empreendedorismo é aqui considerado o aproveitamento de oportunidades observadas para a prestação de um serviço ou disponibilização de um produto nos mercados locais ou globais. O empreendedorismo pode ter fins lucrativos ou fornecer soluções para os problemas sociais.

Os empresários podem, assim, ser trabalhadores por conta própria sem empregados (trabalhadores independentes) ou empregadores com funcionários assalariados. A Organização Internacional do Trabalho estima que 42.6% da mão-de-obra em África em 2015 eram trabalhadores por conta própria e 2.6% eram empregadores.

Não existe um consenso sobre as definições de empreendedorismo e empresários. A literatura empírica assume muitas vezes uma abordagem ascendente para definir empreendedorismo. Equipara-o a uma determinada medida empírica, tal como o trabalho independente ou o nível de envolvimento em empresas nascentes. Ahmad e Seymour (2008) fornecem uma revisão extensiva das definições de empreendedorismo, especialmente nos países da OCDE. Em contraste, a literatura teórica assume muitas vezes uma abordagem descendente para definir os empresários segundo os riscos que correm e as suas funções de coordenação e inovação. No entanto, tais características têm frequentemente por base características ex post dos empresários e dificultam as medições práticas.

O exame do empreendedorismo e da dinâmica empresarial em África coloca um problema de dados. Existem várias estatísticas sobre os empresários de fontes oficiais e não oficiais. Porém, muitas vezes, não são consistentes nem oferecem um enquadramento completo e coerente. A prevalência do setor informal em África também limita a utilização de fontes de dados populares, tais como os Inquéritos do Banco Mundial às Empresas. Estes apenas inquiram empresas formais (registadas) com cinco ou mais funcionários.

Este relatório apresenta igualmente dados relativos a empresas jovens usando o indicador do total da atividade empreendedora em fase inicial (TEA) com base no “Inquérito à população adulta” do Global Entrepreneurship Monitor.⁵ O TEA define-se como a percentagem da população com idades entre os 18 e os 64 anos que são empresários nascentes ou proprietários-gestores de uma empresa com, no máximo, 3.5 anos. Este indicador clarifica diversas características de empresários que estão em processo de arranque de novas empresas e de proprietários-gestores de empresas jovens. O enfoque nos primeiros estágios da atividade empreendedora permite olhar mais de perto o estado e os desafios da criação empresarial, incluindo o empreendedorismo informal.

As potencialidades empreendedoras de África são consideráveis

O empreendedorismo pode aproveitar da crescente oferta de jovens africanos, cada vez mais qualificados e competitivos. O *Perspetivas Económicas em África 2015* estimou que cerca de 29 milhões de jovens entrariam no mercado de trabalho africano todos os anos até 2030 (BAD/OCDE/PNUD, 2015). Absorver esta mão-de-obra em expansão com atividades produtivas será algo crucial para tirar partido deste dividendo demográfico (BAD/BM/WEF, no prelo).

África apresenta a mais elevada proporção mundial de adultos que se encontram no processo de arranque ou de gestão de novas empresas, tal como medido pelo indicador TEA (ver Caixa 6.4). A taxa TEA para os 18 países africanos incluídos no indicador é 22%.

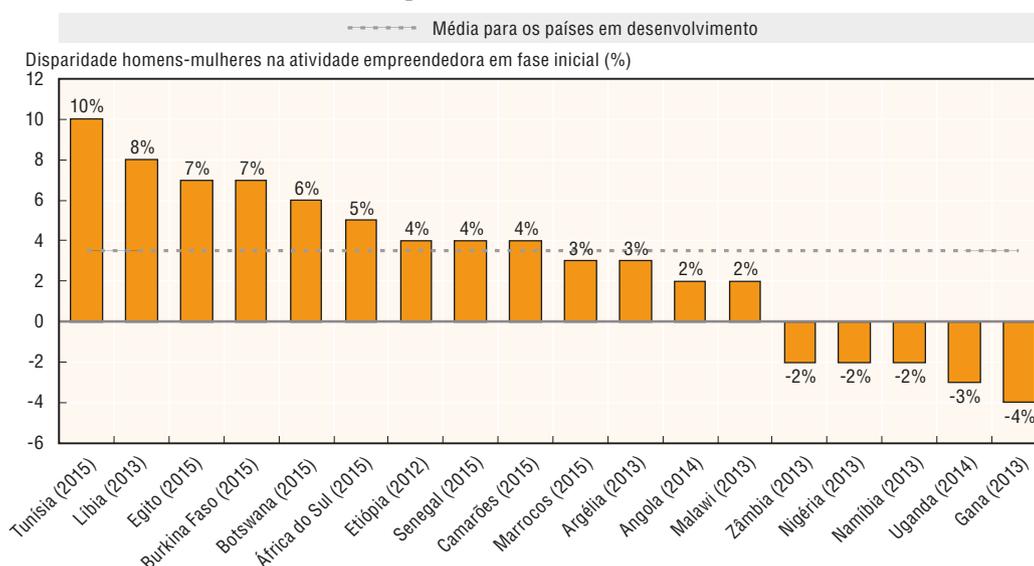
Trata-se de um número mais elevado do que o equivalente para os países da América Latina (19%) e para os países em desenvolvimento na Ásia (13%). Existe, claramente, uma grande heterogeneidade entre os países africanos: a proporção da população ativa envolvida em empresas em fase inicial varia entre valores consideravelmente baixos, como 7% na África do Sul, e 39% no Senegal durante o período de 2011-16.

Os empresários em África são mais jovens do que noutras regiões em desenvolvimento. A idade mediana dos empresários africanos é 31 anos, muito mais jovens do que os seus homólogos na Ásia oriental (36 anos) e na América Latina (35 anos). Em especial, a faixa etária dos 25-34 representa 38% dos empresários em África, seguida dos grupos etários dos 18-24 e dos 35-44, que representam 23% cada da população ativa. Esta distribuição reflete a demografia africana, com uma população jovem.

As mulheres africanas são muito mais propensas a abrir empresas do que as mulheres noutros locais. Na Nigéria e na Zâmbia, 40% das mulheres iniciam uma atividade empresarial, em comparação com 10% ou menos nos países industrializados. Dar início a empresas permite às mulheres participar em atividades que geram rendimento e diversificar as fontes de rendimento dos respetivos agregados familiares. Permite também ter a flexibilidade no horário de trabalho de que precisam para assumir outras responsabilidades (Lain, 2016).

As mulheres africanas têm 3% menos probabilidades de se envolverem numa atividade empreendedora em fase inicial do que os seus congéneres masculinos. Este fosso entre géneros é semelhante à mediana global (Figura 6.6). A disparidade de género varia entre os países africanos. Essa é mais elevada na Tunísia, na Líbia, no Egito e no Burkina Faso, por esta ordem.

Figura 6.6. Fossos entre géneros no empreendedorismo em 18 países africanos, 2012-15



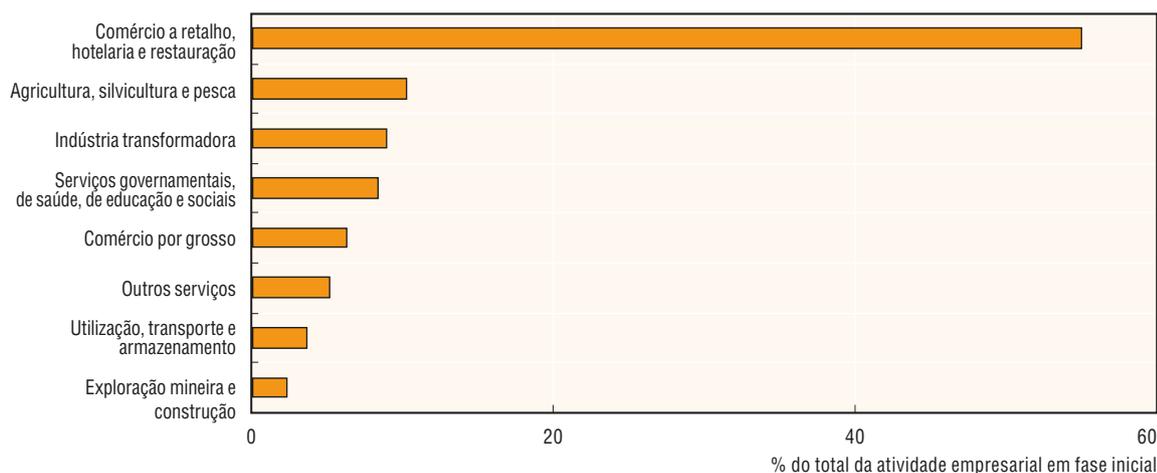
Fonte: Adaptado de GEM (2017).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475429>

Os setores variam consoante se trate de empresários em fase inicial, rurais ou mulheres

A maioria (55%) dos empresários africanos em fase inicial trabalham no comércio a retalho, hotelaria e restauração (Figura 6.7). O segundo setor mais popular é a agricultura, silvicultura e pesca (10%), seguido da indústria transformadora (8%). No entanto, a

composição sectorial varia largamente entre países. A proporção de empresários em fase inicial no comércio a retalho, hotelaria e restauração vai de 27% nos Camarões a 81% no Malawi. Este setor geralmente requer um menor nível de qualificações e menos barreiras à entrada. Apresenta igualmente um volume de negócios relativamente rápido e não exige investimentos de longo prazo. Em contraste, quase metade dos empresários em países de rendimento elevado abrem as suas empresas em indústrias de tecnologias e serviços, tais como informação e comunicação, finanças, serviços profissionais, saúde e educação (Herrington e Kew, 2017).

Figura 6.7. Composição sectorial do empreendedorismo em fase inicial em África, 2012-16



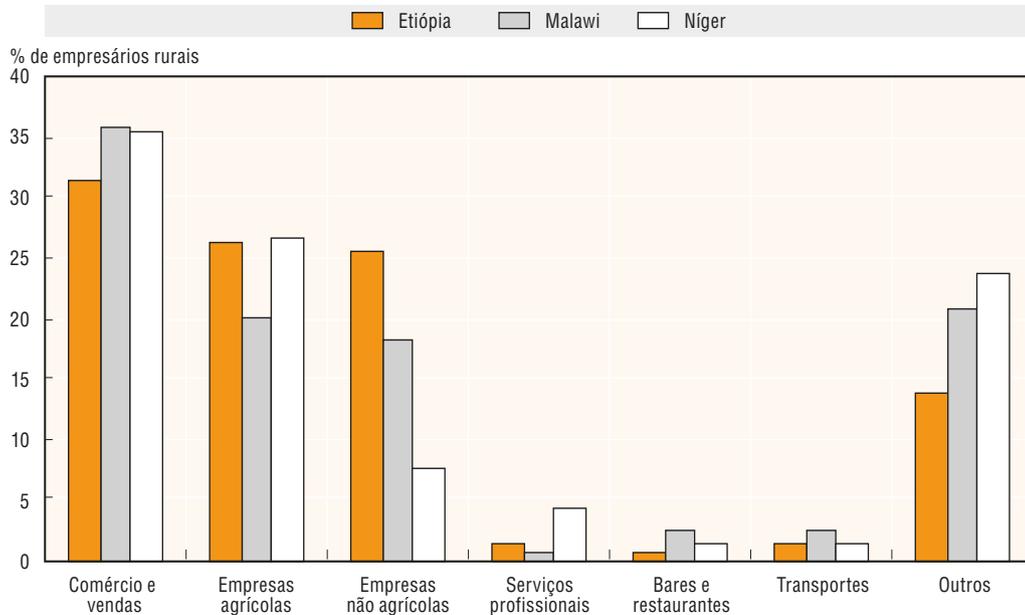
Fonte: Média ponderada por população em idade ativa de 18 países africanos disponíveis no conjunto de dados da GEM (GEM, 2017), com base nos dados mais recentes disponíveis para cada país (ver Anexo 6.A2). Outros serviços incluem atividades de serviços pessoais/ao consumidor, intermediação financeira, atividades imobiliárias, serviços administrativos, informação e comunicação e outros serviços profissionais.

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475434>

O empreendedorismo não agrícola pode beneficiar as famílias rurais. Pode diversificar as fontes de rendimento fornecendo trabalho suplementar durante a época baixa agrícola. Também permite que as famílias disponham de rendimentos extras que podem investir em insumos e máquinas agrícolas (Reardon et al., 2013). Uma revisão dos empresários na Etiópia, no Malawi, no Níger, na Nigéria, na Tanzânia e no Uganda mostrou que quase 42% das famílias rurais têm uma empresa (Naudé e Nagler, 2016). A maior proporção de empresas familiares rurais trabalha na área das vendas e do comércio, que requerem menores custos de arranque e menos investimento em educação do que os serviços de transporte ou os serviços profissionais (Figura 6.8). A segunda maior proporção tem como base a produção agrícola. As empresas agroalimentares representam 20-27% do total de empresas na Etiópia, no Malawi, no Níger, na Nigéria, na Tanzânia e no Uganda.

Em África, é muito mais provável que as empresárias do género feminino trabalhem em serviços não comercializáveis do que os empresários do género masculino. Sessenta e três por cento das mulheres empresárias em África trabalham no comércio a retalho, na hotelaria e na restauração, por contraste com 46% dos homens empresários. É também mais provável que trabalhem em serviços governamentais, de saúde, de educação e sociais do que os seus congéneres masculinos. Por outro lado, os empresários do sexo masculino são mais susceptíveis de trabalhar na agricultura, silvicultura e pesca (13%) e na indústria transformadora (10%) do que as do sexo feminino (8% das mulheres empresárias trabalham em cada um destes setores).

Figura 6.8. Tipos de atividade empresarial por empresários rurais na Etiópia, no Malawi e no Níger, 2005-13

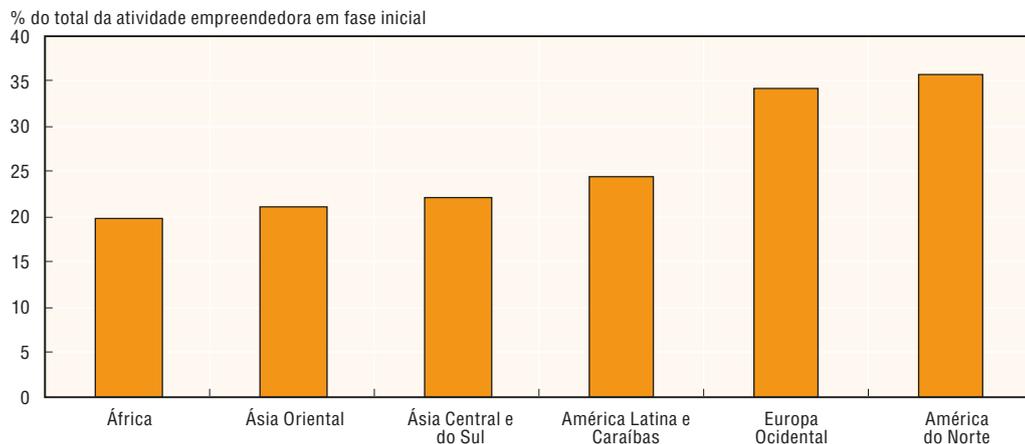


Fonte: Adaptado da Tabela 2 em Naudé e Nagler (2016).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475444>

Os empresários poderiam ser mais inovadores e competitivos, continuando a criar postos de trabalho

Poucos empresários africanos são inovadores. Menos de um quinto dos empresários africanos em fase inicial oferecem novos produtos ou serviços ao mercado (Figura 6.9). Esta proporção é a mais baixa dentre as regiões consideradas.

Figura 6.9. Proporção de empresários em fase inicial que apresentaram um novo produto ou serviço, média 2011-16



Nota: A percentagem de atividade empreendedora em fase inicial representa as pessoas que indicam que o seu produto ou serviço era novo pelo menos para alguns clientes e que poucas/nenhuma empresa ofereciam o mesmo produto.

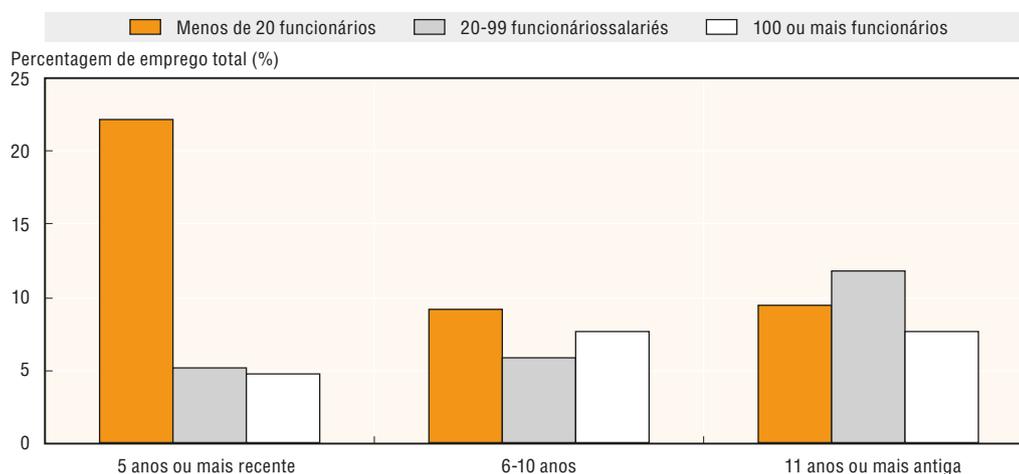
Fonte: Adaptado de GEM (2017).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475454>

Esta falta de inovação tem sido atribuída às dimensões mais reduzidas dos mercados e ao mau funcionamento destes (Szirmai, Naudé e Goedhuys, 2013). Mercados pequenos e fragmentados reduzem o retorno sobre o investimento. Simultaneamente, as barreiras institucionais e de infraestruturas impedem a divulgação de inovações e aumentam os custos da atividade empresarial. Os direitos de propriedade insuficientes, a fraca execução contratual e a incerteza política tornam a inovação ainda mais arriscada, reduzindo os retornos esperados.

Os novos empresários poderiam pressionar os empresários já estabelecidos por meio da competição. Ainda que muitas economias africanas estejam abertas às importações, as grandes empresas formais no Quênia, em Moçambique e na Tanzânia têm sido menos ativas na apresentação de novos produtos, uma vez que não sentem pressão da concorrência (Yoshino et al., 2013; Newman et al., 2016). Dados empíricos no Gana, no Quênia, na África do Sul e na Tanzânia sugerem que o aumento da pressão da concorrência sobre estas empresas poderia aumentar a sua produtividade (Soderbom, Teal e Harding, 2006; Aghion, Braun e Fedderke, 2008).

O empreendedorismo tem-se revelado bem sucedido na criação de emprego. Análises de empresas formais dos Inquéritos do Banco Mundial às Empresas revelam que as pequenas empresas jovens com menos de 20 funcionários e menos de 5 anos de experiência representam a maior proporção na criação líquida de postos de trabalho, com 22% (Figura 6.10). No total, as empresas jovens (com 5 anos ou menos) representam um terço da criação líquida de postos de trabalho, em comparação com 23% no caso de empresas com 6-10 anos e 29% no caso de empresas com mais de 10 anos. As pequenas empresas enfrentam maiores restrições ao crescimento e têm menos acesso a fontes formais de financiamento externo, o que poderá explicar a falta de contribuição das PME para o crescimento e o chamado “missing middle” (o meio em falta).

Figura 6.10. Dimensão e idade de empresas formais em 38 países africanos



Fonte: Ayyagari, Demirguc-Kunt e Maksimovic (2014).
StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475469>

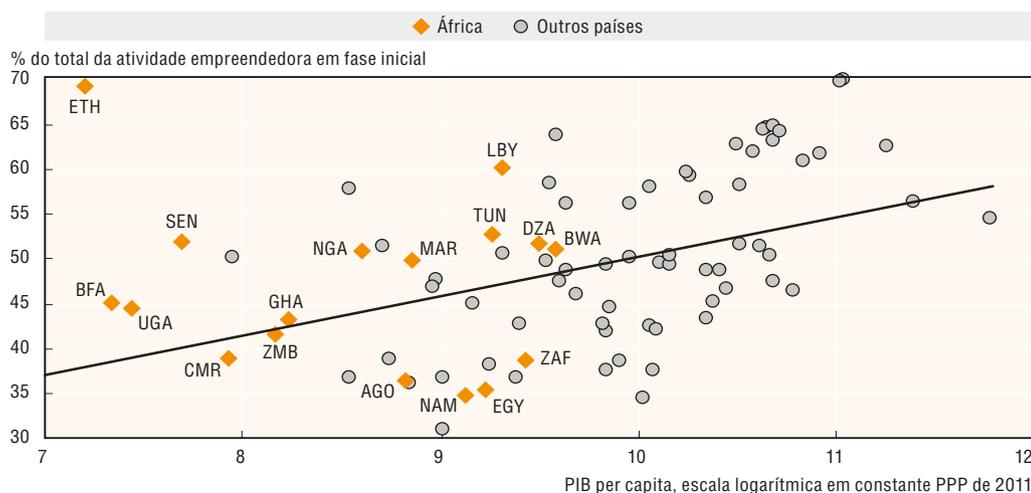
Os empresários motivados por oportunidades dispõem da maior contribuição potencial para a industrialização

Certaines catégories d'entrepreneurs dynamisent la croissance davantage que d'autres. Certos tipos de empresário contribuem mais para o crescimento do que outros. Os empresários motivados por oportunidades são os mais produtivos. São motivados por um desejo de autorrealização ou por uma vontade de explorar uma oportunidade de negócios.

Os empresários que apenas procuram rendas, por outro lado, podem ser altamente improdutivos (Baumol, 1990) e chegar a ter comportamentos ilegais ou de captação de mercado (Landes, Mokyr e Baumol, 2012).

África tem de desenvolver as potencialidades que os empresários motivados por oportunidades trazem à industrialização. Estes representam 11% da população ativa e 44% de toda a atividade empreendedora em fase inicial. No entanto, são mais comuns em países da África subsariana de rendimentos mais baixos do que no resto do continente. Os empresários motivados por oportunidades revelam grandes potencialidades para uma maior produtividade, melhoramento industrial e inovação (Hampel-Milagrosa, Loewe e Reeg, 2015; Naudé e Nagler, 2016).

Figura 6.11. Prevalência de empresários motivados por oportunidades e nível de rendimento em 15 países africanos e 69 outros países, média 2011-15



Nota: A linha de tendência indica um ajuste linear.

Fonte: Adaptado de GEM (2017).

StatLink <http://dx.doi.org/10.1787/888933475473>

Nas economias africanas mais avançadas em que os seus níveis são parcos, o empreendedorismo encerra grandes potencialidades graças às condições favoráveis de arranque. É esse o caso da Argélia, Marrocos, África do Sul e Tunísia. O apoio aos empresários motivados por oportunidades pode impulsionar a economia, originando uma concorrência renovada em setores já estabelecidos e criando novas atividades. São urgentemente necessárias políticas de elevado empreendedorismo potencial, em especial para os jovens que enfrentam um alto risco de desemprego. Nestes países urbanizados, as cidades podem oferecer economias de escala e um ambiente favorável onde a inovação, a criatividade e a aprendizagem possam ter lugar (Duranton e Puga, 2001).

Os empresários cujo objetivo é obter o mínimo para sua sobrevivência contribuiriam mais para o crescimento se estivessem no mercado de trabalho formal. São forçados ao empreendedorismo porque todas as outras opções de trabalho são inexistentes ou insatisfatórias. Em média, 7% da população africana em idade ativa integram-se neste grupo, embora com grande diversidade entre os vários países.⁶ Esses “empresários de sobrevivência” precisam de ser deslocados para o mercado de trabalho formal por várias razões:

- Os empresários de sobrevivência têm potencialidades de crescimento limitadas. Enfrentam diversas restrições externas e não exibem as características dos empresários de elevadas potencialidades, tais como a criatividade, a tolerância ao risco e a autonomia (CAF, 2013).

- Os conhecimentos que adquirem enquanto empresários desvalorizam-se rapidamente pois as suas atividades exigem poucas qualificações (Bassi et al., 2012).
- A prevalência de empresários de sobrevivência reduz o número de trabalhadores capazes e desvia recursos que outros empresários mais produtivos poderiam explorar.
- Os empresários de sobrevivência podem dar sinais errados acerca dos potenciais retornos sobre a educação. Os jovens podem encarar o trabalho independente como a única opção para os trabalhadores mais instruídos, reduzindo, assim, as suas aspirações na educação.

A libertação das potencialidades do empreendedorismo para a industrialização requer uma abordagem dupla:

- Os governos têm de criar um ambiente favorável ao crescimento dos empresários motivados por oportunidades em setores que estejam alinhados com as vantagens comparativas dos respetivos países. As políticas devem apoiar a dinâmica eficiente de mercado, e não empresários individuais. O desenvolvimento de empresas de elevado crescimento pode ajudar a deslocar a mão-de-obra subutilizada no mercado de trabalho para o emprego formal.
- As políticas devem abster-se de subsidiar empresários improdutivos. Devem, ao invés, concentrar-se em melhorar as suas competências e o acesso ao mercado de trabalho, a fim de aqueles possam encontrar emprego assalariado.

Os capítulos seguintes discutem de que modo capacitar os empresários africanos para impulsionar a industrialização. O Capítulo 7 analisa as atuais estratégias de industrialização em África e explora de que forma essas abordam as funções específicas das empresas com elevadas potencialidades de crescimento. Em seguida, o Capítulo 8 apresenta os principais obstáculos a tais estratégias juntamente com as políticas para os superar.



Anexo 6.A1. Evolução do valor acrescentado do total da indústria e da indústria transformadora em países africanos selecionados, 1990-2015

Tabela 6.A1.1. Evolução do valor acrescentado do total da indústria e da indústria transformadora em países africanos selecionados, 1990-2015

	1990		2000		2005		2010		2015 (a)	
	Indústria	Indústria transformadora								
África Central										
Camarões	29.5	14.5	36	20.8	30.6	29.9	29.9	16.2	28.5	14
Congo, República Democrática	29	11.2	30.8	20.3	33	17	40.9	17.1	45.1	18.5
Congo	42	8.6	73.9	3.6	73.4	4.1	78.1	3.6	57.0	6.5
Gabão	51.4	6.4	60.4	4.4	63.4	4.8	60.3	4.9	52.8	6.9
Guiné Equatorial	10.6	1.6	87.7	0.2	95.2	0.1	95.1	0.2	88.6	0.3
República Centro-Africana	19.7	11.3	14.6	6.2	14.1	6.1	13.8	6.7	15.1	7.8
África Oriental										
Burundi	19	11.7	18.8	13.1	18.4	12.9	17	11.3	14.9	10.2
Etiópia	11.4	6.4	12.4	5.5	13	4.8	10.5	4.1	17.7	4.8
Quênia	19.1	11.8	17.5	11.6	19.1	11.8	20.8	12.6	19.5	11.4
Ruanda	24.6	18.3	13.4	7	12.5	6	13.8	5.8	15	5.1
Sudão	9.4	4.3	18.4	6.9	22.4	8.7	28.6	13.2	20.2	10.3
Tanzânia	17.7	9.3	19.2	9.4	22.7	8.7	22	7.4	26.4	5.7
Uganda	11.1	5.7	22.7	7.6	24.8	7.4	20.3	10.1	20.0	8.9
Norte de África										
Argélia	45.8	11.0	58.2	6.2	61.3	4.8	53.9	4.5	38.9	4.7
Egito	27.6	17.8	33.1	19.4	36.9	18.3	37.5	16.9	36.3	16.6
Líbia	48	44.7	54.4	4.7	74	5.1	84.0	4.8	80.6	3.4
Mauritânia	30.4	10.3	28	11.4	33.2	9.2	41.6	7.6	25.9	8.6
Marrocos	35.5	23.6	29.1	18.3	28.2	16.6	27.3	17.5	29.2	18
Tunísia	29.8	16.9	30.4	18.5	29.2	17.3	31.5	18	28.2	16.9
África Austral										
África do Sul	40.1	23.6	31.8	19	30.3	18.1	30.2	14.4	28.9	13.2
Angola	40.7	5		3.7	56.5	3.9	52.7	4.6	42.6	5.4
Botswana	61.2	5.2	49.7	6	47.6	5.5	35.7	7.1	33.3	6.4
Lesoto	33	14	30	13.4	33.4	22.6	32.7	13.3	32.0	10.7
Madagáscar	14.3	10.9	16.1	12.3	18.8	14.5	19.8	14.5	19.2	14.4
Malawi	28.9	19.5	14.5	4.8	16.8	11.6	16.4	10.7	14.0	7.8
Maurícias	32.8	24.4	29.6	22.5	26.6	19.2	26.6	17	21.7	14.7
Moçambique	18.4	10.2	24.5	12.2	25.3	15.5	18.9	11.3	21.5	10
Namíbia	37.8	17.7	28.0	12.8	29.4	13.6	30.2	13.5	31.0	9.1
Suazilândia	42.1	34.8	43.9	38.7	44.7	38.9	41.9	35.2	42.5	35.5
Zâmbia	51.3	36.1	26.3	10.7	29.7	10.9	34.0	8	35.4	7.9
Zimbabwe	33.1	22.8	20.4	14.4	45.8	24	30.8	13.9	29.4	11.9
África Ocidental										
Côte d'Ivoire	23.1	14.3	23.4	17.6	25.5	16.1	24.7	15.0	28.9	16.6
Burkina Faso	21.2	14.4	21.5	13.2	18	11.7	20.5	7.5	20.2	6.5
Gana	22.5	9.6	28.4	10.1	27.5	9.5	19.8	7	26.3	5
Nigéria	45.3	5.5	52.2	3.7	43.5	2.8	25.3	6.6	20.4	9.5
Senegal	22.2	15.3	23.2	14.7	23.7	15.1	23.4	13.7	23.4	13.2

Nota: (a) Ou último ano disponível. A indústria total inclui a transformadora, as extrativas (pedreiras e exploração mineira, incluindo o petróleo), a construção, a eletricidade, o gás e a água.

Fonte: Departamento de Estatística do BAD.

Anexo 6.A2. Disponibilidade da base de dados do Global Entrepreneurship Monitor para os países africanos, 2011-16

A Tabela 6.A2.1 indica a disponibilidade de dados para países africanos do “Inquérito à população adulta” (APS) do *Global Entrepreneurship Monitor* entre 2011 e 2016. O APS foi usado para calcular médias para o presente relatório. A média simples foi calculada para cada país ao longo dos anos com dados disponíveis. Em seguida, foi ponderada a média para África segundo as dimensões da população ativa e o total absoluto da atividade empreendedora em fase inicial em cada país (dependendo do indicador específico).

Tabela 6.A2.1. Disponibilidade de dados dos “Inquéritos à população adulta” do *Global Entrepreneurship Monitor* para os países africanos, 2011-16

País	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Année plus récente
África do Sul		x	x	x			2014
Angola	x	x	x				2013
Argélia	x	x	x	x	x	x	2016
Botswana		x	x	x			2014
Burkina Faso		x	x	x	x		2015
Camarões				x	x	x	2016
Egito				x	x	x	2016
Etiópia		x			x	x	2016
Gana		x					2012
Malawi		x	x				2013
Marrocos		x	x				2013
Namíbia					x	x	2016
Nigéria		x	x				2013
Senegal	x	x	x				2013
Tunísia					x		2015
Uganda		x			x		2015
Zâmbia		x	x				2013

Fonte: GEM (2017).

Notas

1. A amostra inclui 13 países africanos: Botswana, Egito, Etiópia, Gana, Quênia, Malawi, Maurícias, Marrocos, Nigéria, Senegal, África do Sul, Tanzânia e Zâmbia. O ano de 2010 é o último com a mais ampla abrangência de dados para os países africanos. Os dados são baseados em De Vries, Timmer e De Vries (2015).
2. No Lesoto, esta tendência manteve-se até 2015 e a proporção da indústria transformadora no PIB caiu abaixo da média africana. Embora tenha sido afetada pela eliminação do Acordo Multifibras, a proporção da indústria transformadora em Marrocos foi mais elevada em 2015 do que em 2005 e este setor continua a beneficiar de investimento direto estrangeiro na indústria automóvel (ver Capítulo 2). A proporção da indústria transformadora no Egito diminuiu até 2010 tendo depois estabilizado.
3. Isto pressupõe alterações semelhantes nos deflacionadores do PIB e do valor acrescentado da indústria transformadora.
4. Outros estudos encontraram resultados semelhantes (BAD/OCDE/PNUD/UNECA, 2013; McMillan, Rodrik e Verdusco-Gallo, 2014; Timmer, De Vries e De Vries, 2014; UNECA/UA, 2013; Rodrik, 2016).
5. A base de dados do Global Entrepreneurship Monitor (GEM) recolhe um vasto conjunto de dados primários relativos ao empreendedorismo através do “Inquérito à população adulta” (APS) e do “Inquérito aos especialistas nacionais” (NES). O APS entrevista adultos em idade ativa sobre as suas atitudes em relação ao empreendedorismo, as suas atividades antes do arranque empresarial e o seu trabalho em diferentes estádios das respetivas empresas. O NES entrevista especialistas nacionais sobre o empreendedorismo, para avaliar as condições nacionais específicas em várias dimensões: financiamento, qualificações, políticas e regulamentação, infraestruturas físicas e normas sociais. Iniciado em 1997, o projeto é realizado em quase 100 países. Entre 2001 e 2016, o NES abrangeu 18 países africanos, embora com diferentes frequências. É usado pela OCDE, o Banco Mundial, o Fórum Económico Mundial e as Nações Unidas, entre outras organizações.
6. A soma dos TEA motivados pela melhoria e pela necessidade nem sempre equivale a 100% de todos os TEA, visto que as motivações dos empresários são tiradas de grandes questionários que incluem algumas respostas em falta.



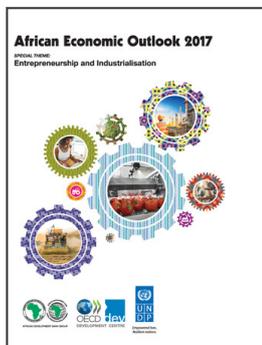
Bibliografia

- Aghion, P. et al. (2005), "Competition and innovation: An inverted-u relationship", *Quarterly Journal of Economics*, Vol. 120/2, <https://doi.org/10.1093/qje/120.2.701>.
- Aghion, P., M. Braun e J. Fedderke (2008), "Competition and productivity growth in South Africa", *Economics of Transition*, Vol. 16, Blackwell Publishing, Oxford, pp. 741-768, <http://doi.org/10.1111/j.1468-0351.2008.00336.x>.
- Ahmad, N. e R.G. Seymour (2008), "Defining entrepreneurial activity: Definitions supporting frameworks for data collection", *OECD Statistics Working paper*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/243164686763>.
- Assembleia Geral da ONU (2016), *Third Industrial Development Decade for Africa (2016-2025)*, Resolução A/70/L.49/, Nações Unidas, Nova Iorque.
- Ayyagari, M., A. Demircuc-Kunt e V. Maksimovic (2014), "Who creates jobs in developing countries?", *Small Business Economics*, Vol. 43/1, Springer Science+Business Media, Nova Iorque, pp. 75-99, <http://doi.org/10.1007/s11187-014-9549-5>.
- BAD (2016), *Industrialise Africa*, Banco Africano de Desenvolvimento, Abidjan, www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Generic-Documents/Brochure_Industrialiser_l_Afrique-En.pdf.
- BAD/OCDE/PNUD (2015), *Perspectivas Económicas em África 2015: Desenvolvimento territorial e inclusão espacial*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264233362-pt>.
- BAD/OCDE/PNUD/UNECA (2013), *Perspectivas Económicas em África 2013: Transformação estrutural e recursos naturais*, Publicações OCDE, Paris, <http://dx.doi.org/10.1787/9789264200562-pt>.
- BAD/BM/WEF (no prelo), *The African Competitiveness Report 2016*.
- Banco Mundial (2017), *World Development Indicators* (base de dados), <http://data.worldbank.org/data-catalog/world-development-indicators>.
- Banco Mundial (2016), *World Development Report 2016: Digital Dividends*, Banco Mundial, Washington, DC, <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-0671-1>.
- Bassi, M. et al. (2012), *Disconnected: Skills, Education, and Employment in Latin America*, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Washington, DC, <https://publications.iadb.org/handle/11319/427>.
- Baumol, W.J. (1990), "Entrepreneurship: Productive, unproductive and destructive", *Journal of Political Economy*, The University of Chicago Press, Vol. 98, No 5, pp. 3-22, Chicago.
- Bhorat, H. et al., (2016), "Industries without smokestacks: Implications for Africa's industrialization", *Development Policy Research Unit, Faculdade de Economia, Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul*, www.wider.unu.edu/sites/default/files/Blog/PDF/Fran%C3%A7ois%20Steenkamp.pdf.
- Brahmbhatt, M., C. Haddaoui e J. Page (no prelo), "Green industrialization and entrepreneurship in Africa", documento de apoio às *Perspectivas Económicas em África 2017*.
- Brahmbhatt, M. et al., (2016). *Africa's New Climate Economy: Economic Transformation and Social and Environmental Change.*, New Climate Economy and Overseas Development Institute, Londres e Washington, DC, <http://newclimateeconomyreport/workingpapers/>.
- CAF (2013), "Enhancing productivity in Latin America: From subsistence to transformational entrepreneurship", *Economics and Development Report*, CAF Banco de Desenvolvimento da América Latina, <http://publicaciones.caf.com/media/40033/red2013-en.pdf>.
- Cantillon, R. (1730), *Essai sur la Nature du Commerce en Général*, 1959 Edition, Macmillan, Londres.
- Comissão da UA (2015a), *Agenda 2063*, Comissão da União Africana, Adis Abeba, www.agenda2063.au.int.
- Comissão da UA (2015b), "First Ten-Year Implementation Plan 2014-2023", *Agenda 2063 The Africa We Want: A Shared Strategic Framework for Inclusive Growth and Sustainable Development*, African Union Commission, www.nepad.org/resource/agenda-2063-first-ten-year-implementation-plan-2014-2023.
- De Mel, S., D. McKenzie e C. Woodruff (2008), "Who are the microenterprise owners? Evidence from Sri Lanka on Tokman V. de Soto", *IZA Discussion Paper*, No. 3511, Bona.
- De Vries, G., M. Timmer e K. De Vries (2015), "Structural transformation in Africa: Static gains, dynamic losses", *The Journal of Development Studies*, Vol. 51/6, pp. 674-688, <https://doi.org/10.1080/00220388.2014.997222>.
- Deloitte (2016), *Global Manufacturing Competitiveness Index*, Deloitte, www2.deloitte.com/global/en/pages/manufacturing/articles/global-manufacturing-competitiveness-index.html.
- Dethier, J.J. (2015), "Infrastructure in Africa", in C. Monga e J. Y. Lin (eds.), *The Oxford Handbook of Africa and Economics: Policies and Practices*, Vol. 2, Oxford University Press, Oxford, Reino Unido, <http://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199687107.013.022>.
- Dorosh, P.A. e J.W. Mellor (2013), "Why agriculture remains a viable means of poverty reduction in Sub-Saharan Africa: The case of Ethiopia", *Development Policy Review*, Vol. 31/4, pp. 419-441, <http://doi.org/10.1111/dpr.12013>.

- Durantón, G. e D. Puga (2001), “Nursery cities: Urban diversity, process innovation, and the life-cycle of products”, *The American Economic Review*, Vol. 91/5, pp. 1454-1477.
- Eifert, B.P. (2009), “Do regulatory reforms stimulate investment and growth? Evidence from the Doing Business data 2003-07”, *Center for Global Development Working Paper*, No. 159, Washington, DC, www.cgdev.org/content/publications/detail/1420894/.
- Eifert, B.P., A. Gelb e V. Ramachandran (2005), “Business environment and comparative advantage in Africa: Evidence from the investment climate data”, *Center for Global Development Working Paper*, No. 56, Washington, DC, www.cgdev.org/files/2732_file_WP56_1_revis.pdf.
- Ellis, F. (2007), “Transforming the rural nonfarm economy: Opportunities and threats in the developing world”, *The Journal of Development Studies*, Taylor and Francis Group, Baltimore, pp. vi-ix, <http://dx.doi.org/10.1080/00220380802160002>.
- Frey, C.B., M.A. Osborne e C. Holmes (2016), *Technology at Work v2.0: The Future Is Not What It Used to Be*, Citi GPS: Global Perspectives and Solutions, Citi GPS, Oxford, Reino Unido, www.oxfordmartin.ox.ac.uk/downloads/reports/Citi_GPS_Technology_Work_2.pdf.
- GEM (2017), *Entrepreneurial Behaviour and Attitudes: Measured via the GEM Adult Population Survey (APS)*, Global Entrepreneurship Monitor, www.gemconsortium.org/data/key-aps.
- Ghani, E. e H. Kharas (2010), *The Service Revolution in South Asia: An Overview*, Research Paper do Banco Mundial, No. 6971, Banco Mundial, Washington, DC.
- Ghani, E. e S.D. O’Connell (2014), “Can service be a growth escalator in low income countries?”, Banco Mundial, Washington, DC.
- GSMA (2015), *State of the Industry Report: Mobile Money*, Groupe Speciale Mobile, www.gsma.com/mobilefordevelopment/wpcontent/uploads/2016/04/SOTIR_2015.pdf.
- Hampel-Milagrosa, A., M. Loewe e C. Reeg (2015), “The entrepreneur makes a difference: Evidence on MSE upgrading factors from Egypt, India, and the Philippines”, *World Development*, Vol. 66, Elsevier, pp. 118-130, <http://doi.org/10.1016/j.worlddev.2014.08.005>.
- Hausmann, R. e D. Rodrik (2003), “Economic development as self-discovery”, *Journal of Development Economics*, Vol. 72/2, Elsevier, pp. 603-633, [http://dx.doi.org/10.1016/S0304-3878\(03\)00124-X](http://dx.doi.org/10.1016/S0304-3878(03)00124-X).
- Herrington M. e P. Kew (2017), *The GEM Global Report 2016/17*, The Global Entrepreneurship Research Association (GERA), <http://gemconsortium.org/report>.
- Knight, F.H. (1921), *Risk, Uncertainty and Profit*, University of Chicago Press, Chicago.
- Kodongo, O. e K. Ojah (2016), “Does infrastructure really explain economic growth in Sub-Saharan Africa?”, *Review of Development Finance*, Vol. 6/2, Elsevier, pp.105-125, <http://doi.org/10.1016/j.rdf.2016.12.001>.
- Lain, J. (2016), “Job flexibility and occupational selection: An application of maximum simulated likelihood using data from Ghana”, *CSAE Working Papers*, No. 34, Center for the Study of African Economies, Oxford, Reino Unido.
- Landes, D.S., J. Mokyr e W.J. Baumol (eds.) (2012), *The Invention of Enterprise: Entrepreneurship from Ancient Mesopotamia to Modern Times*, Princeton University Press, Princeton, <http://press.princeton.edu/titles/9006.html>.
- Lawrence, P. (2005), “Explaining sub-Saharan Africa’s manufacturing performance”, *Development and Change*, Vol. 36, Institute of Social Studies, Blackwell Publishing, Oxford e Malden, pp. 1121-1141.
- Lin, J.Y. (2012), *New Structural Economics: A Framework for Rethinking Development and Policy*, Banco Mundial, Washington, DC, <http://doi.org/10.1596/978-0-8213-8955-3>.
- Lin, J.Y. e C. Monga (2013), “Comparative advantage: The silver bullet of industrial policy”, in J.E.S. Stiglitz and J.Y. Lin (eds.), *The Industrial Policy Revolution I: The Role of Government beyond Ideology*, pp. 19-38, Palgrave Macmillan, London, http://doi.org/10.1057/9781137335173_2.
- McMillan, M. e K. Harttgen (2015), “Africa’s quiet revolution”, in C. Monga e J.Y. Lin (eds.), *The Oxford Handbook of Africa and Economics: Policies and Practices*, Vol. 2, Oxford Handbooks, Oxford, Reino Unido.
- McMillan, M., D. Rodrik e Í. Verduzco-Gallo (2014), “Globalization, structural change, and productivity growth, with an update on Africa”, *World Development*, Vol. 63, Elsevier, pp. 11-32, <http://doi.org/10.1016/j.worlddev.2013.10.012>.
- Mead, D.C. e C. Liedholm (1998), “The dynamics of micro and small enterprises in developing countries”, *World Development*, Vol. 26/1, Elsevier, pp. 61-74, [http://dx.doi.org/10.1016/S0305-750X\(97\)10010-9](http://dx.doi.org/10.1016/S0305-750X(97)10010-9).
- National Bureau of Statistics da Nigéria (2014), *Nigerian Manufacturing Sector Summary Report: 2010-2012*, www.nigerianstat.gov.ng/download/260.



- Naudé, W. (no prelo), *Entrepreneurship and New Industrialisation in Africa*.
- Naudé, W. e P. Nagler (2016), “Non-farm entrepreneurship in rural sub-Saharan Africa: New empirical evidence”, *Food Policy*, Elsevier, <http://doi.org/10.1016/j.foodpol.2016.09.019>.
- Nelson, R.R. e H. Pack (1999), “The Asian miracle and modern growth theory”, *The Economic Journal*, Vol. 109/457, pp. 416-436, John Wiley and Sons, Oxford, Reino Unido, e Malden, Estados Unidos, <http://doi.org/10.1111/1468-0297.00455>.
- Newman, C., et al. (2016), *Made in Africa: Learning to Compete in Industry*, Brookings Institution Press, Washington, DC.
- Noman, A. e J.E. Stiglitz (eds.) (2015), *Industrial Policy and Economic Transformation in Africa*, Columbia University Press, Nova Iorque.
- Okojie, C. e A. Shimeles (2006), “Inequality in sub-Saharan Africa: A synthesis of recent research on the levels, trends, effects and determinants of inequality in its different dimensions”, *The Inter-Regional Inequality Facility*, Overseas Development Institute, Londres, www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/4058.pdf.
- PwC (2017), *20th CEO Survey: 20 years inside the mind of the CEO...What's next?*, PwC, www.pwc.com/jp/en/japan-press-room/press-release/2017/assets/pdf/ceo-survey2017.pdf.
- Reardon, T. et al. (2013), “The emerging ‘Quiet Revolution’ in African agrifood systems”, resumo para *Harnessing Innovation for African Agriculture and Food Systems: Meeting Challenges and Designing for the 21st Century*, 25-26 November, Centro de Conferências da União Africana, Adis Abeba.
- Rodrik, D. (2016), “Premature deindustrialization”, *Journal of Economic Growth*, Vol. 21/1, pp. 1-33, <http://doi.org/10.1007/s10887-015-9122-3>.
- Romer, P.M. (1990), “Human capital and growth: Theory and evidence”, *Carnegie-Rochester Conference Series on Public Policy*, Vol. 32, Elsevier, pp. 251-286, [http://dx.doi.org/10.1016/0167-2231\(90\)90028-J](http://dx.doi.org/10.1016/0167-2231(90)90028-J).
- Schoar, A. (2010), “The divide between subsistence and transformational entrepreneurship”, in J. Lerner e S. Stern (eds.), *Innovation Policy and the Economy*, Vol. 10, University of Chicago Press, pp. 57-81.
- Schumpeter, J.A. (1942), *Capitalism, Socialism, and Democracy*, Harper Collins, Terceira Edição (2008), Nova Iorque.
- Soderbom, M., F. Teal e A. Harding (2006), “The determinants of survival among African manufacturing firms”, *Economic Development and Cultural Change*, Vol. 54, No. 3, University of Chicago Press, Chicago, pp. 533-555, <https://doi.org/10.1086/500030>.
- Stiglitz, J.E.S. e J.Y. Lin (eds.), *The Industrial Policy Revolution I: The Role of Government beyond Ideology*, pp. 19-38, Palgrave Macmillan, Londres, http://doi.org/10.1057/9781137335173_2.
- Szirmai, A., W. Naudé e M. Goedhuys (eds.) (2013), *Entrepreneurship, Innovation, and Economic Development*, Oxford University Press, Oxford, Reino Unido.
- Timmer, M.P., G. De Vries e K. De Vries (2014), “Patterns of structural change in developing countries”, *GGDC Research Memorandum*, No. 149, Groningen Growth and Development Centre, No. 149, Faculdade e Economia e Gestão, Universidade de Groningen, Groningen, www.ggdc.net/publications/memorandum/gd149.pdf.
- UA (2014), *Science, Technology and Innovation Strategy for Africa 2024*, União Africana, Adis Abeba, www.au.int/web/sites/default/files/documents/29957-doc-stisa-published_book.pdf.
- UA (2007), “Action Plan for the Accelerated Industrial Development of Africa”, 1st Extraordinary Session of the Conference of Ministers of Industry, 24-27 setembro, União Africana, Midrand, África do Sul.
- UNECA (2016), *Transformative Industrial Policy for Africa*, Comissão Económica das Nações Unidas para África, Adis Abeba, www.uneca.org/sites/default/files/PublicationFiles/tipa-full_report_en_web.pdf.
- UNECA/UA (2013), “Industrialization for an emerging Africa”, *Issues paper*, Sexta reunião anual conjunta da conferência da UNECA dos ministros africanos das finanças, do planeamento e do desenvolvimento económico e a Conferência da UA dos ministros da economia e das finanças, 25 e 26 março, Abidjan, www.uneca.org/sites/default/files/uploaded-documents/CoM/cfm2013/industrialization-for-an-emerging-africa-issuespaper.pdf.
- Van Praag, M. e A. Van Stel (2013), “The more business owners the merrier? The role of tertiary education”, *Small Business Economics*, Vol. 41/2, pp. 335-357, Springer Science, Nova Iorque, <https://doi.org/10.1007/s11187-012-9436-x>.
- Yoshino, Y. et al. (2013), “Uncovering Drivers for Growth and Diversification of Tanzania's Exports and Exporters”, Banco Mundial, Washington, DC.



From:
African Economic Outlook 2017
Entrepreneurship and Industrialisation

Access the complete publication at:

<https://doi.org/10.1787/aeo-2017-en>

Please cite this chapter as:

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2017), “Melhorar o empreendedorismo para impulsionar a industrialização em África”, in *African Economic Outlook 2017: Entrepreneurship and Industrialisation*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264278707-9-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to rights@oecd.org. Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at info@copyright.com or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at contact@cfcopies.com.